



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 3.261/2024, DE 22 DE MARÇO DE 2024.**

Dispõe sobre a ampliação da carga horária de trabalho dos professores integrantes do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Município de Quixeramobim, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Município de Quixeramobim, através da Secretaria da Educação, autorizado a ampliar para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária do cargo de professor integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, para atendimento de carências definitivas ou temporárias devidamente identificadas nos órgãos do Sistema de Ensino da Rede Municipal, ocasionada por licença, afastamentos, indisponibilidade de regentes concursados e afastamento para o exercício de cargo de direção.

**Art. 2º.** Para fins desta lei, considera-se:

**I - carência temporária:** carência de professor em virtude da falta de temporária de docente efetivo, por afastamentos legais dos titulares, bem como programas e projetos.

**II - carência definitiva:** carência de professor em virtude da ausência de servidores para suprir a demanda definitiva de docente efetivo, por desligamento legal do titular.

**III - ampliação temporária de carga horária:** elevação precária da carga horária de professor para suprir carências temporárias de profissional.

**IV - ampliação definitiva de carga horária:** elevação definitiva de carga horária de professor estável em virtude de carência definitiva de profissional, nos termos definidos nesta Lei.

**Art. 3º.** A concessão da ampliação definitiva ou temporária de carga horária dependerá da comprovação de que o professor atenda, cumulativamente, as seguintes condições:

**I -** encontre-se em efetivo exercício em sala de aula;

**II -** esteja ocupando cargo de Diretor Escolar, Coordenador Escolar ou Coordenação Pedagógica na rede de ensino pública municipal;



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**III** - os docentes ocupantes de cargo de provimento efetivo que estejam exercendo atividades de Direção, Coordenação Pedagógica, Professor(a) formador(a), Secretário(a) de Educação (concursado(a)), na Rede Municipal de Ensino de Quixeramobim, bem como, os professores lotados na Secretaria Municipal de Educação que atendam os requisitos estabelecidos poderão também optar pela ampliação definitiva de carga horária de trabalho para 200 h/m (duzentas horas mensais) em matrícula funcional única;

**IV** - possua habilitação específica para atendimento da carência definitiva identificada nas unidades de ensino municipal;

**V** - detenha apenas um cargo de professor efetivo com no máximo 20 (vinte) horas semanais de trabalho, observando a compatibilidade de horário para autorizar a acumulação lícita.

**Parágrafo Único.** A concessão da ampliação definitiva ou temporária de carga horária, na forma do art. 1º desta Lei, será efetivada através de ato conjunto do Secretário de Educação e do Secretário de Administração e Finanças do Município.

**Art. 4º.** O professor estável que tiver realizado ampliação de carga horária temporária fara jus à incorporação das horas ampliadas à sua jornada de trabalho original, desde que seja verificada a existência de carência definitiva em unidade escolar da rede pública municipal de ensino e que o docente se enquadre nas hipótese seguinte:

**I** - tenha exercido ampliação de carga horária temporária, por no mínimo 36 (trinta e seis) meses intercalados ou 24 (vinte e quatro) meses consecutivos de ampliação na rede pública de ensino municipal;

**II** - tenha exercido ampliação de carga horária temporária, por no mínimo 36 (trinta e seis) meses intercalados ou 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, na função de Direção, Coordenação Pedagógica, Professor(a) formador(a), Secretário(a) de Educação (concursado(a)), na Rede Municipal de Ensino de Quixeramobim, bem como, os professores lotados na Secretaria Municipal de Educação que atendam os requisitos estabelecidos;

**III** - somente será assegurada a ampliação de jornada dos professores que possuírem formação compatível com o quadro de carência das unidades escolares, e que atendam os critérios desta lei;

**IV** - ser detentor de apenas 100 (cem) horas;

**V** - Em caso de empate será levar em consideração o maior tempo de efetivo exercício em sala de aula;



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 5º.** Não farão jus à ampliação definitiva ou temporária os profissionais do Magistério que tenham sofrido pena disciplinar nos últimos 2 (dois) anos ou readaptados de função - remoção.

**Art. 6º.** Para fins de ampliação definitiva não serão considerados como efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - convocação para o Serviço Militar;

II - júri e outros serviços obrigatórios;

III - licença para desempenhar função eletiva Federal, Estadual ou Municipal;

IV- licença para tratar de interesse particular;

V- licença para desempenho de Mandato Classista;

VI - licença maternidade, licença saúde ou especial;

VII - missão ou estudo, para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado;

VIII - prisão;

IX - disponibilidade;

X - cessão para outros órgãos, entidades ou Poderes da Administração Pública, com ou sem ônus para a origem.

**Art. 7º.** Fica vedada a ampliação definitiva ou temporária da carga horária para os professores que não estejam em sala de aula e os professores que estejam cedidos, através de Termo de Cooperação, a órgãos do Estado do Ceará e dos Municípios, salvo as exceções previstas nos incisos II e III, do art. 3º deste Lei.

**Art. 8º.** Para a concessão de ampliação de carga horária, em razão de carência temporária ou definitiva, a Secretaria Municipal da Educação publicará Edital com os critérios para a concessão da ampliação.

**Art. 9º.** Para os fins dos prazos aquisitivos de direito de que trata esta lei, somente serão consideradas, para a ampliação de carga horária definitiva, os períodos posteriores a publicação desta lei.

**Art. 10.** O valor correspondente à ampliação de carga horária definitiva será incorporada aos proventos de aposentadoria dos professores efetivos, desde que tenham contribuído sobre a mesma por pelo menos 300 (trezentos) meses para



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM  
GABINETE DO PREFEITO

professoras e 360 (trezentos e sessenta) meses para professores para o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Quixeramobim – QUIPREV.

§ 1º. Para os professores que não implementarem o período previsto no *caput*, e cujo período de percepção por ocasião do pedido de aposentadoria seja menor por pelo menos 300 (trezentos) meses para professoras e 360 (trezentos e sessenta) meses para professores, será observada a média aritmética do período de percepção, multiplicada pela fração cujo numerador será o número correspondente ao total de meses trabalhados e o denominador será sempre o número por pelo menos 300 (trezentos) meses para professoras e 360 (trezentos e sessenta) meses para professores.

**Parágrafo único.** O professor que tiver sua carga horária de trabalho ampliada definitiva ou temporária está sujeito, também, ao recolhimento previdenciário, sobre a carga horária ampliada, ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Quixeramobim – QUIPREV.

**Art. 11.** A ampliação temporária de carga horária, de que trata esta Lei, será regulamentada por Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

**Art. 12.** A concessão da ampliação temporária de carga horária será efetivada através de ato do Secretário da Educação.

**Art. 13.** A ampliação concedida sem observância do que preceitua esta lei, será nula, com ressarcimento ao erário de forma solidária pelo professor beneficiado com a ampliação e o agente público que lhe deu causa.

**Art. 14.** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Educação.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 16.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, 22 de março de 2024

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA  
Prefeito Municipal



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 018/2024**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei nº 3.261/2024, de 22 de março de 2024.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 22 de março de 2024.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei nº 3.261/2024, de 22 de março de 2024, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação nº 018/2024. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 22 de março de 2024.

**CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA**  
*Prefeito Municipal*